



**PARECER ÚNICO Nº 0293444/2020 (SIAM)**

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>INDEXADO AO PROCESSO:</b><br>Licenciamento Ambiental                       | <b>PA COPAM:</b><br>02371/2002/004/2014 | <b>SITUAÇÃO:</b><br>Sugestão pelo Deferimento |
| <b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b><br>Revalidação da Licença de Operação Corretiva | <b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 6 anos      |   |

|  |   |  |
|--|---|--|
| <b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>  | <b>PA COPAM:</b>  | <b>SITUAÇÃO:</b>   |
| Outorga – Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente           | 30196/2014  | Análise técnica concluída  |
| Outorga – Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente           | 16961/2014  | Análise técnica concluída  |
| Outorga – Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente           | 32854/2019  | Análise técnica concluída  |
| <b>EMPREENDEDOR:</b> Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.                             | <b>CNPJ:</b> 71.412.217/0001-57   |  |
| <b>EMPREENHIMENTO:</b> Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.                           | <b>CNPJ:</b> 71.412.217/0001-57   |  |
| <b>MUNICÍPIO:</b> Pará de Minas  | <b>ZONA:</b> Urbana   |  |
| <b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SAD 69</b>  | <b>LAT/Y</b> 19° 49' 20,73"   | <b>LONG/X</b> 44° 38' 21,11"   |
| <b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>   |   |  |
| <input type="checkbox"/> INTEGRAL  | <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO  | <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO |
| <b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco  | <b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Para   |  |
| <b>UPGRH:</b> SF2  | <b>SUB-BACIA:</b> Rio Pará  |  |
| <b>CÓDIGO:</b> D-01-02-4   | <b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b> Abate de animais de médio porte | <b>CLASSE</b> 5  |
| <b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b><br>CEEL Consultoria e Análises Ambientais Ltda |   | <b>REGISTRO:</b><br>CNPJ 86.553.658/0001-46                                      |
| <b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> Auto de fiscalização nº 39823/2018                       |   | <b>DATA:</b> 24/07/2018  |



## 1 Resumo

A Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. desenvolve a atividade de “abate de animais de médio e grande porte (suínos)”, no município de Pará de Minas-MG. Em 25/07/2014, foi formalizado, na Supram Alto São Francisco, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 02371/2002/004/2014, na modalidade de renovação de licença ambiental de operação (RevLO).

Este pedido de Revalidação se refere à licença de operação corretiva Certificado LOC nº 049/2010, que possuía validade até 25/11/2014, através da qual se autorizou o desenvolvimento da atividade acima descrita para o parâmetro de 450 cabeças por dia, para a qual possui revalidação automática até a conclusão do presente processo.

Em 24/07/2018, foi realizada vistoria, durante a qual se constatou que estava operando com parâmetro de 930 cabeças de suínos abatidas por dia, tendo, portanto, realizado ampliação, motivo pelo qual foi devidamente autuado e teve suspensão da atividade para o parâmetro ampliado, através do auto de infração nº 134238/2018, nos termos do art. 112, Anexo I, código 107, do Decreto Estadual 47.383/2018.

A ampliação está sendo regularizada no processo 02371/2002/005/2017. Devido a suspensão das atividades, a pedido do empreendedor, e verificados os devidos critérios, foi assinado o TAC ASF nº 27/2018, em 25/07/2018, o qual foi renovado em 02/08/2019 por meio do TAC ASF nº 22/2019, devidamente detalhado em seu respectivo processo.

O abatedouro possui 51 funcionários, sendo cinco no setor administrativo e 45 na produção, com regime de operação de turno único com duração de 06 horas, durante 26 dias por mês. O terreno onde está instalado possui área total de 18.000 m², sendo 3515 m² de área construída e a área útil correspondente a 6000 m².

Há um posto de abastecimento de combustível com capacidade de 7000 litros de óleo diesel, no entanto, por não possuir o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para esta atividade, ficou determinado que deveria ser suspensa, apresentando-se o cronograma de desativação do mesmo.

Em vistoria também se observou que o empreendimento possui medidas de controle já instaladas, embora, necessitasse de reparos e adequações em algumas delas, as quais foram exigidas em ofício de informação complementar e também no TAC.

A água utilizada pelo empreendimento e que é destinada ao atendimento do processo industrial e ao consumo humano, provém de três poços tubulares.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento, estando este instalado em perímetro urbano municipal e, portanto, dispensado, também, da constituição de Reserva Legal.



Os efluentes líquidos gerados pelo empreendimento são objeto de tratamento, sendo o efluente sanitário destinado ao tratamento em sistema composto de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, já o efluente industrial é tratado em um sistema composto por peneira estática, caixa de gordura e quatro lagoas. Após passar pelo sistema de tratamento, o efluente é lançado no Ribeirão Paciência.

Em se tratando de emissões atmosféricas, há uma caldeira a lenha, com potência nominal inferior a 0,5 MW, não tendo sido informado se há sistema de controle de emissões.

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos apresentam-se ajustados às exigências normativas.

Foram avaliados o desempenho ambiental e o cumprimento das condicionantes impostas na licença anterior de modo criterioso e a Supram Alto São Francisco sugere o deferimento do pedido de renovação da licença de operação do empreendimento Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.

## 2. Introdução

### 2.1. Contexto Histórico

A Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. se encontra instalada e em operação desde 1975, porém antes funcionava o abatedouro municipal.

Em 2002, foi lavrado o auto de infração nº 1143/2002, com base no art. 19, §3º, Item 1, do Decreto Estadual n. 39.424/1998. No Siam, este processo se encontra com *status* arquivado/crédito remitido.

O primeiro processo de licenciamento foi formalizado no ano de 2006 e foi arquivado.

Em 2008, foi formalizado o processo 02371/2002/003/2008, através do qual foi concedida a licença de operação corretiva, Certificado LOC nº 049/2010 emitida em 25/11/2010, com validade de quatro anos. A notificação ao empreendedor se deu no mesmo dia de sua emissão.

O processo a que se refere o presente parecer único, 02371/2002/004/2014, trata da solicitação para revalidação da licença citada, e por ter sido formalizado com antecedência de mais de 120 dias do seu vencimento, esta se encontra revalidada automaticamente até a decisão.

Ressalta-se que também está formalizado o processo 02371/2002/005/2017, no qual é requerida a licença de operação corretiva para ampliação do parâmetro da atividade, o que será detalhado em parecer específico. Para esta ampliação, o empreendimento obteve o direito de operar temporariamente através de TAC.



## 2.2. Caracterização do empreendimento.

A distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. está situada em zona urbana com endereço na Rodovia BR 352, km 5, em distrito industrial do município de Pará de Minas - MG.



O empreendimento limita-se com o Ribeirão Paciência, com propriedade da Prefeitura Municipal de Pará de Minas, com a BR 352 e com terceiros. Apesar de estar inserido em área declarada como urbana, o entorno do empreendimento possui características predominantemente rurais, com alguns empreendimentos e residências próximas, mas não adjacentes ao mesmo, dentre eles outro abatedouro.

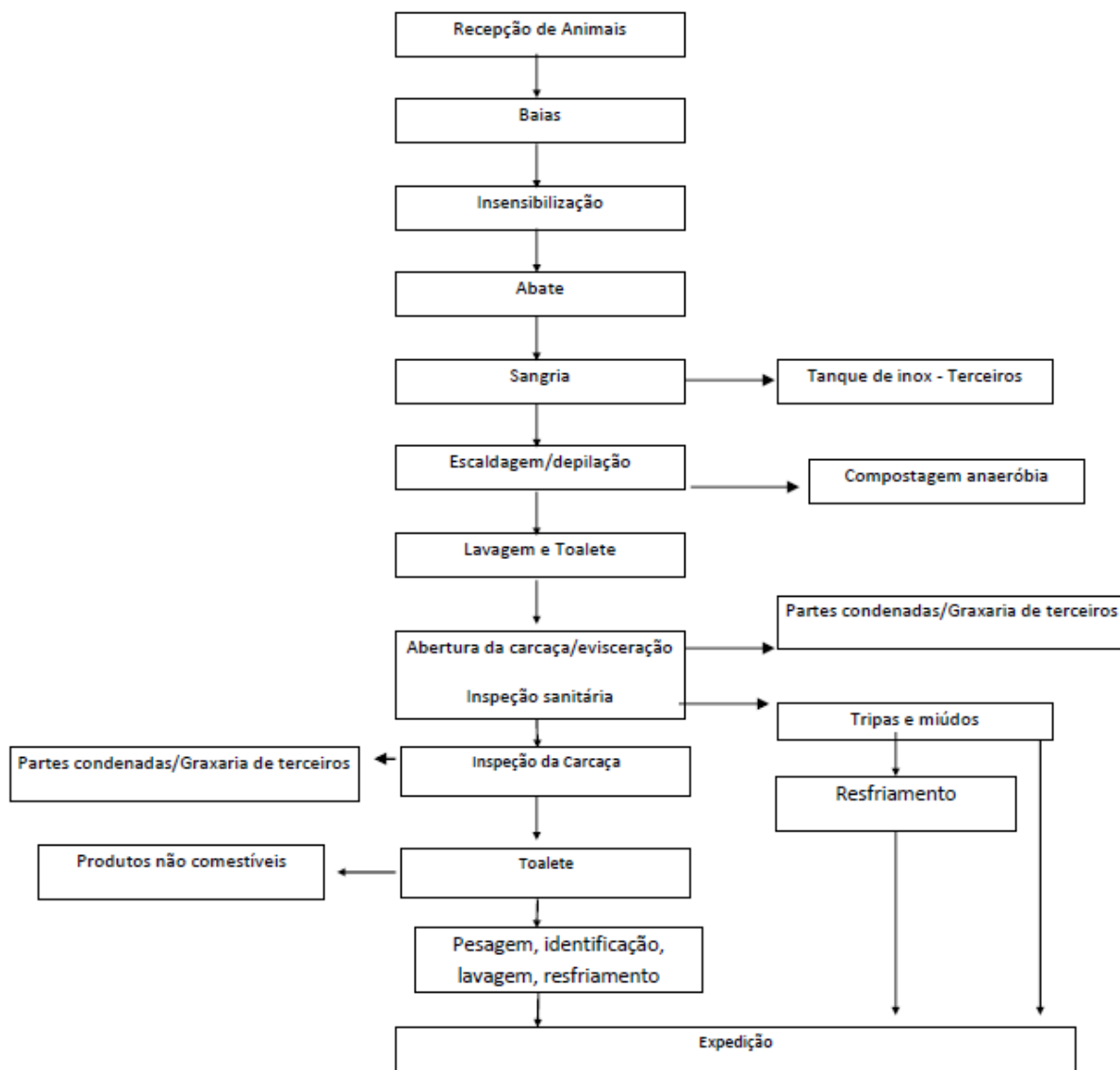
Desenvolve-se a atividade de abate de animais de médio porte (suínos), com capacidade instalada para abater 1200 animais, em uma área útil de 6000 m², em turno único com duração de oito horas/dia, durante 22 dias por mês. O frigorífico emprega 51 funcionários, sendo dois no setor administrativo, 46 no setor de produção, três no setor de manutenção. Também se emprega quatro funcionários temporariamente e oito terceirizados.





Ressalta-se que o pedido de revalidação da LOC contempla um parâmetro de 450 animais abatidos por dia, o restante está sendo regularizado através do processo 0237/2002/005/2017.

Abaixo segue fluxograma do processo produtivo:



### 3. Diagnóstico Ambiental.

O empreendimento está localizado em área urbana de Distrito Industrial do município de Pará de Minas, rodeado por propriedades rurais e outros empreendimentos, estando o bairro mais próximo, distante cerca de 1300 metros.

A instalação não se encontra dentro de zona de amortecimento de unidades de conservação, e entre os fatores de restrições e vedações ambientais listados da



Deliberação Normativa Copam nº 217/2017, aplica-se apenas o fator Área de Segurança Aeroportuária – ASA, motivo pelo qual é exigida a apresentação de anuência do Comando da Aeronáutica, por se tratar de atividade atrativa de avifauna, documento que foi devidamente apresentado.

### 3.2. Recursos Hídricos.

Quanto aos recursos hídricos, a área do imóvel onde o frigorífico está instalado é contemplado com a passagem de um curso d'água, o Ribeirão Paciência, no qual é feito o lançamento de efluentes líquidos industriais após passar pela Estação de tratamento existente no empreendimento.

Não há captação de água neste córrego para o empreendimento.

As águas pluviais interceptadas pelos telhados são captadas em canaletas não sendo aportadas para o sistema de tratamento de efluentes industriais.

A seguir é apresentado o balanço hídrico, que está atualizado para o parâmetro no qual o empreendimento está operando no momento, ou seja, já inclui a ampliação.

| Tipo de consumo   | Volume (m³/dia) |
|---|-----------------|
| Consumo humano (51 funcionários)                                | 6,12            |
| Consumo industrial (considerando 1200 cabeças abatidas por dia) | 570             |
| Consumo extra e sanificação em dia de consumo máximo            | 1,056           |
| Total   | 577,16          |

Considerando-se que se para o parâmetro de 1200 cabeças abatidas por dia (proveniente do balanço atualizado), está estimado um consumo de 570 m³/dia, em proporção, para abater 450 cabeças abatidas, que é o que está sendo solicitado para renovação, estima-se um consumo de 213,75 m³/dia. Estimando-se um consumo diário de 220,926 m³ diários.

Até o momento, as fontes hídricas que o empreendimento dispõe são as seguintes:

- Poço tubular profundo: Processo de outorga nº 32854/2019 com parecer técnico concluído e sugestão pelo deferimento na modalidade autorização do uso de água subterrânea por meio de poço tubular já existente a uma vazão de 10,80 m³/hora e tempo de funcionamento do equipamento instalado de 20h00min/dia perfazendo um total de 216,0 m³/dia.
- Poço tubular profundo: Processo de outorga nº 30196/2014 com parecer técnico concluído e sugestão pelo deferimento na modalidade autorização do uso de água subterrânea por meio de poço tubular já existente a uma vazão de



7,0 m<sup>3</sup>/hora e tempo de funcionamento do equipamento instalado de 20h00min/dia perfazendo um total de 140,00 m<sup>3</sup>/dia.

- Poço tubular profundo: Processo de outorga nº 16961/2014, trata-se de renovação da portaria de outorga nº 198/2010, pela qual se autoriza o uso de água subterrânea a uma vazão de 5 m<sup>3</sup>/hora e tempo de funcionamento do equipamento instalado de 20j00min/dia, perfazendo um total de 100 m<sup>3</sup>/dia.

Verifica-se que o volume das fontes é suficiente para atender a presente solicitação de revalidação, sendo até bastante superior. Porém, esse volume excedente está sendo considerado para o processo de ampliação para o qual estão vinculadas outras fontes hídricas, além destas aqui mencionadas.

### **3.7 Reserva Legal e Área de Preservação Permanente**

#### **3.7.1 Reserva Legal**

Como já relatado, o imóvel onde o empreendimento se encontra está inserido em área urbana. Porém, durante a análise do processo anterior de LOC 02371/2002/003/2008, a equipe técnica e jurídica responsável pela gestão do mesmo, entendeu se tratar de imóvel rural, tendo sido exigida a regularização da reserva legal.

Então foi formalizado o processo APEF 03661/2010, no qual foi proposta a compensação da reserva em uma propriedade da prefeitura municipal de Pará de Minas, com sua devida anuência. A proposta foi aprovada e também se incluiu como condicionante da licença, o cercamento da referida área.

Então, durante a análise do presente processo, ao verificar o cumprimento das condicionantes, constatou-se o seguinte:

- O imóvel onde a Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. está instalado, foi doado pela Prefeitura Municipal de Pará de Minas através da Lei municipal nº 3813/2000.
- A proposta de regularização da reserva legal aprovada pela Supram ASF, e pelo Copam, exigiu como condicionante da LOC, o cercamento da área. No entanto, não se verificou nos autos de nenhum processo a emissão do Termo de Preservação de Florestas que garantisse a sua averbação à margem das matrículas dos imóveis, receptor e doador da RL, procedimento que era adotado à época. Portanto, o processo de regularização da reserva ficou incompleto.
- Ao tentar corrigir a situação, constatou-se que o número de matrícula do imóvel matriz (onde o empreendimento está instalado), estava errado na Lei de Doação nº 3813/2000, motivo que levou à análise equivocada da situação do imóvel quanto a exigência de reserva legal, uma vez que a matrícula “errada” realmente é de imóvel rural, mas a matrícula onde a Distribuidora de Carnes Bom Boi está instalada é de fato urbana, desde data anterior ao ano de 1989.



- Em 2011, foi sancionada a Lei municipal nº 5252/2011 que alterou alguns dispositivos da Lei 3813/2000, especificamente, corrigindo o número da matrícula do imóvel doado, fazendo constar o imóvel urbano.
- Então, concluiu-se que não é devida a exigência de reserva legal para o imóvel em questão, devendo-se desconsiderar a condicionante imposta no processo anterior.

### 3.7.2 Áreas de preservação permanente

O imóvel, por ser contemplado pela passagem do Ribeirão Paciência, que também funciona como limite da propriedade, possui área de preservação permanente.

Esta APP ocupa área total de 7949,25 m<sup>2</sup>, dentro da qual 510 m<sup>2</sup> são construções consideradas como uso consolidado, 1784,34 m<sup>2</sup> constitui-se de área destituída de vegetação nativa e 5654,91 m<sup>2</sup> estão em regeneração.

Para a área considerada como uso consolidado, no processo anterior, foi exigida a apresentação de medida compensatória, que consistiu da execução de um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora, em outra parte da APP do imóvel. Conforme detalhado no item sobre cumprimento das condicionantes, o PTRF foi executado com plantio de mudas na área de compensação.

Em vistoria foi apontada pelos representantes do empreendimento, uma área de APP que se encontrava cercada e onde haviam sido realizados plantios de recuperação com mudas de espécies arbóreas nativas.

## 4. Compensações.

Não há necessidade de exigência de medidas compensatórias para a continuidade da operação do empreendimento.

## 5. Aspectos/Impactos ambientais e medidas mitigadoras.

### 5.1. Efluentes líquidos

No empreendimento há geração de efluentes líquidos industriais e sanitários.

#### 5.1.1 Efluentes sanitários

São provenientes da higienização humana e do refeitório, sendo 51 contribuintes no total com volume total na ordem de 3570 Litros/dia.

Em vistoria foi constatado a existência de um sistema de tratamento composto por fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, que atende despejos de seis contribuintes.

Porém, considerando que o presente processo está sendo analisado em conjunto com o processo de ampliação, verificou-se no outro processo, que foi informado que a outra parte dos despejos sanitários é direcionada inicialmente a um tanque séptico e depois é destinado à Estação de tratamento de efluentes industriais, juntando-se a esta no tanque de equalização. Esta informação não foi relatada em vistoria, no entanto, é considerada adequada.





### 5.1.2 Efluente industrial

Os efluentes líquidos industriais são provenientes do processo produtivo de abate, lavagem de matéria-prima, lavagem de produtos intermediários, lavagem de pisos e equipamentos e produção de vapor. Constitui-se de alta carga orgânica, óleos e graxas e não possui compostos metálicos tóxicos, com estreita relação entre DBO<sub>5</sub> e DQO. O volume máximo diário, quando opera em capacidade máxima, estimado é de 360 m<sup>3</sup>, tendo sido considerado o volume de 300 litros por suíno abatido.

Não há lavagem de veículos no empreendimento.

O sangue retirado dos animais, não compõe o efluente, por se tratar de um subproduto que é vendido para graxaria.

#### Descrição do processo de tratamento na ETEi

O tratamento dos efluentes líquidos industriais passa por três subsistemas, sendo: um tratamento preliminar, primário e secundário, detalhados abaixo:

##### a. Tratamento preliminar

Remove-se os sólidos maiores, carreados nas águas residuárias afluentes à estação de tratamento, passando por uma peneira estática.

Os efluentes da linha verde passam primeiro por uma peneira de malha 0,75 mm para retenção de esterco, fase sólida que é encaminhada para composteira, e a fase líquida segue para o tanque de equalização.

Na linha vermelha, os efluentes passam também por uma peneira estática com malha 0,5 mm, e posteriormente para o tanque de equalização. Os sólidos também são encaminhados para composteira.

##### b. Tratamento primário

Consiste de passagem por um sistema de flotação e depois por um tanque de equalização para eliminação das flutuações e para homogeneização dos despejos, sendo posteriormente encaminhado para o processo biológico.

O sistema de flotação consiste de caixa de gordura, equipada com um soprador localizado no fundo da mesma, que faz com que o ar dissolvido seja liberado através da formação de microbolhas, que movimentando-se ascendentemente promovem o arraste de gordura e sólidos suspensos para a superfície do tanque, a partir daí podem ser retirados.

No tanque de equalização são misturados os efluentes vindos da caixa de gordura com flotação e os efluentes sanitários oriundos do tanque séptico, possui capacidade útil de 225 m<sup>3</sup> de reservação e tempo de detenção de aproximadamente 15 horas.

##### c. Tratamento secundário



Trata-se da etapa biológica e é dividido em tratamento anaeróbio que ocorre em uma lagoa anaeróbia e o tratamento aeróbico que se dá em um tanque de aeração, após a qual o efluente segue para uma lagoa de decantação e depois para lançamento em curso d'água, o Ribeirão Paciência.

### **Medidas mitigadoras**

O auto monitoramento dos efluentes líquidos do empreendimento, terá a análise de seu cumprimento, quanto a prazos e atendimentos a DN Copam CERH 01/2008, detalhados no item que trata das condicionantes no presente parecer.

Aqui faz uma análise qualitativa dos dados apresentados, onde se concluiu o seguinte:

- Entre todos os laudos apresentados, inclusive após a ampliação da atividade, para os parâmetros solicitados verificou-se que houve atendimento aos padrões de lançamento estabelecidos na supracitada deliberação normativa.
- Há que se fazer uma ressalva, no entanto, aos parâmetros DBO e DQO, cujos valores atenderam a DN em termos de eficiência de remoção, mantendo-se sempre médias anuais de remoção acima de 85% para Demanda Bioquímica de Oxigênio e acima de 75% para Demanda Química de Oxigênio, apesar de as vezes ultrapassar o limite do padrão.
- Conclui-se que o sistema de tratamento, para os parâmetros solicitados no auto monitoramento, está eficiente.

Foi solicitada a apresentação de um Estudo de Auto depuração para o curso d'água em questão, do qual faz-se as seguintes considerações:

- No presente caso o curso d'água receptor é o Ribeirão Paciência, que corta a zona urbana do município de Pará de Minas recebendo grandes quantidades de despejos ao longo do seu desenvolvimento.
- A análise de autodepuração considerando os dados reais aponta para uma situação a montante do lançamento característica de curso de água antropizados. Tanto a DBO do rio quanto o Oxigênio Dissolvido (OD) estão em desconformidade com a DN COPAM 01/2008, em referência a qualidade da água do rio classe 3. Entretanto, mesmo com a situação descrita acima, considerando apenas o lançamento do empreendimento em questão, o estudo indica que em nenhum momento haverá zonas com completa escassez de OD.
- Em contrapartida, a simulação que adotou dados bibliográficos, considerando o rio como sendo um rio limpo e a concentração de OD entre 80% e 90% da concentração de saturação de OD, apontou que, se o rio estivesse dentro das condições normais de preservação, o lançamento do efluente do empreendimento, por si só, manteria as concentrações de OD e DBO dentro



do que é preconizado na legislação ambiental, indicando, nesta situação, a capacidade de autodepuração do curso d'água.

- Considerando a situação atual do curso d'água, será condicionado o monitoramento de lançamento do efluente e o monitoramento do corpo hídrico receptor.

Em anexo a este parecer, serão detalhados os itens a serem atendidos no auto monitoramento de efluentes líquidos e do corpo hídrico receptor

## 5.2. Resíduos Sólidos

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento, foram descritos no RADA, verificados em vistoria e também diagnosticados no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, que também contemplou resíduos da construção civil, com classificação definida pela NBR 10.004, e consistem de:

- Lâmpadas queimadas: Classe I, geração estimada em 2 unidades/mês, originárias das operações de manutenção dentro das instalações, são destinadas a INCA Incineração e controle ambiental Ltda, possui licença ambiental corretiva nº 02/2017, para a atividade de incineração de resíduos, válida até 08/03/2021 e Licença de Operação nº 083/2014 para a atividade de transporte de resíduos perigosos classe I, com validade até 14/11/2020
- Resíduos contaminados com óleo: Classe I, geração estimada de 5 kg/mês, originários das operações de manutenção de equipamentos industriais, são destinados a INCA Incineração e controle ambiental Ltda.
- Resíduos perigosos da construção civil: consistem de resíduos de tintas, solventes etc., são gerados eventualmente, quando são realizadas reformas, com geração estimada em 5 kg/mês, destinados a INCA Incineração e controle ambiental Ltda.
- Equipamentos de proteção individual usados: são usados pelos funcionários, e periodicamente devem ser descartados e substituídos, são gerados em média 5 kg/mês e destinados a INCA Incineração e controle ambiental Ltda.
- Pilhas e baterias: Classe I, gerados em escritório em equipamentos eletrônicos, a média de geração é de 0,5 kg/ano, são destinadas a INCA Incineração e controle ambiental Ltda.
- Papel/papelão, vidros, plásticos, sucatas metálicas: Classe II, trata-se de resíduos recicláveis, geração estimada em 160 kg/mês, são oriundos do setor de produção, operações de manutenção, entre outros, e são destinados a Comercial Iramar Ltda. que possui Certidão de Não Passível de licenciamento nº 958983/2016, com validade até 05/09/2020, para a atividade de depósito de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidros para reciclagem, não



contaminados com óleos, graxas, ou produtos químicos, exceto embalagens de agrotóxicos.

- Bombonas plásticas: Classe II, são originários de embalagens de produtos de limpeza usados no empreendimento, estes resíduos são devolvidos ao fornecedor, Ideal Química Indústria de Detergentes Ltda, que possui Licença Ambiental Simplificada nº 015/2018 com validade até 10/09/2022, para as atividades de Fabricação de sabões e detergentes e Fabricação de preparados para limpeza e polimento.
- Resíduos diversos, não recicláveis e não orgânicos: Classe II, possuem características domésticas, gerados nos refeitórios, sanitários, possuem estimativa de geração de 600 kg/mês, são destinados ao Aterro Sanitário do município de Pará de Minas que possui Licença de Operação Corretiva nº 001/2019, com validade até 09/09/2029.
- Entulho de construção civil: Conforme Resolução Conama nº 307/2002 são classe A, provenientes de obras de construção, reforma e demolição em edificações do empreendimento, os quais foram constatados em vistoria, e são temporários. Geração estimada de 1000 kg/mês, apenas no período em que estiver sendo realizada a reforma. São destinados a Chico Terraplanagem e Comércio de Areia, Pedra, brita e terra Ltda que possui LAS nº 011/2019, com validade até 24/05/2029, emitida pela Prefeitura Municipal de Pará de Minas.
- Subproduto industrial: Classe II A, constitui-se de ossos, cascos, gorduras, aparas de carnes, animais ou suas partes condenadas pela inspeção sanitária e vísceras não comestíveis, obtidos em diversas etapas do processo produtivo, a média de geração destes é de 110.000 kg/mês, são destinados a Nutribelo Indústria e Comércio de Subproduto Animal Ltda., possui Certificado de Renovação de Licença de Operação nº 167/2019 com validade até 22/07/2029, para a atividade de Processamento de Subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha.
- Sangue: Classe II A, é produzida uma média de 40000 litros/mês e também é destinado a Nutribelo Indústria e Comércio de Subproduto Animal Ltda.
- Gordura da caixa separadora: é produzida uma média de 1300 kg/mês, armazenada em silos subterrâneos e destinada a a Nutribelo Indústria e Comércio de Subproduto Animal Ltda.
- Cilindros de Gás refrigerante vazios: é gerado em torno de três unidades por mês, são provenientes da câmara de gás e destinados à INCA Incineração e controle ambiental Ltda.
- Lodo da ETE: trata-se da biomassa retirada da estação de tratamento de efluentes líquidos, é colocado em leitos de secagem dentro do próprio empreendimento e posteriormente é destinado a compostagem na Fazenda



Coroa Grande que possui Certidão de Não passível de licenciamento nº 44/2018 com validade até 28/11/2022, para posterior utilização como adubo orgânico em áreas de cultivo.

- Resíduos de pelos: provenientes da sala de depilação e chamuscamento no setor de produção, em torno de 2800 kg/mês são gerados, e destinados a compostagem na Fazenda Coroa Grande.
- Fuligem e cinzas: originários da caldeira, são gerados em torno de 1300 kg/mês e são destinados a composteira do empreendimento e depois para a Fazenda Coroa Grande, para ser utilizado como adubo orgânico.

Em vistoria se observou que não existia um depósito para armazenamento temporário de resíduos sólidos, para aqueles cuja coleta não é diária. E os demais são armazenados no local de origem, como por exemplo, o tanque de sangue localiza-se dentro da área industrial de onde é coletado diretamente. Além disso, havia resíduos armazenados em local inadequado, sem segregação e sem sinalização.

A adequação da situação acima descrita, foi solicitada no Termo de Ajustamento de Conduta assinado e vinculado ao processo de LOC 02371/2002/005/2017, e foram devidamente atendidas, porém o detalhamento do cumprimento deste TAC será feito em seu respectivo processo.

#### **Medida(s) mitigadora(s):**

Pelo já exposto, observa-se que o empreendimento realizou as adequações necessárias para armazenamento temporário de resíduos sólidos, comprovando as adequações através de relatórios fotográficos, bem como está realizando a destinação adequada a empreendimentos licenciados ambientalmente, tendo sido apresentadas as comprovações por meio de notas fiscais, declarações e os certificados de licenças.

A apresentação das comprovações de destinação final, assim como a manutenção dos depósitos de armazenamento temporário serão inseridas no anexo sobre condicionantes do presente parecer.

#### **5.3. Emissões atmosféricas**

O empreendimento possui um ponto de emissão de efluentes atmosféricos, que é uma caldeira cujo combustível é lenha, nas condicionantes da licença anterior foi solicitado o auto monitoramento, e para o parâmetro exigido, em todos os anos, verificou-se que as emissões estavam dentro do padrão, detalhes da avaliação estão no item sobre cumprimento de condicionantes.

#### **Medida(s) mitigadora(s):**





Não foi informado se há algum dispositivo de controle de emissões no equipamento, mas o auto monitoramento das emissões continuará sendo solicitado como condicionante da licença em item anexo ao presente parecer, devendo observar os padrões estabelecidos no Anexo I-D da Deliberação Normativa Copam nº 187/2013.

#### 5.4. Ruídos e Vibrações

Os ruídos são causados pelos equipamentos e movimentação de veículos. Foi realizado o monitoramento deste impacto ao longo dos anos após a emissão da licença, no qual se constatou, entre os relatórios apresentados, que os níveis de ruído estão abaixo do limite determinado pela legislação vigente.

#### Medida(s) mitigadora(s):

O empreendimento está instalado em área de distrito industrial, inserida em área urbana, sem aglomerações de população em seu entorno imediato, mas mesmo assim é necessária a adoção de medidas para minimizar a emissão como realização de manutenção nos equipamentos, e se necessário o enclausuramento. Além disso, será imposto como medida condicionante a continuidade do auto monitoramento deste impacto, nos termos da Lei Estadual 10.100/1990, devendo-se obedecer aos limites de níveis de ruídos mencionados na mesma.

#### 5.7. Cumprimento de condicionantes

Quando foi concedida a licença anterior Certificado LOC nº 049/2010 em 25/11/2010, com validade de quatro anos, através do processo 02371/2002/003/2008 foram estabelecidas condicionantes, dentre as quais o programa de auto monitoramento.

| ITEM | DESCRIÇÃO   | PRAZO*                     | Avaliação              |
|------|---|----------------------------|------------------------|
| 1    | Manter no empreendimento para fins de fiscalização, notas de comprovação da destinação final dos resíduos sólidos.  | Durante a vigência da LOC. | Cumprida               |
| 2    | Caso os resultados de monitoramento da caldeira à cavaco fiquem fora dos padrões definidos pela DN 11/86, proceder adequações ao sistema de tratamento implantado em conformidade com o exigido pela DN 11/86, e apresentar à SUPRAM ASF. | Durante a vigência da LOC. | Cumprida.              |
| 3    | Proceder a inspeção na caldeira e apresentar à SUPRAM ASF os resultados encontrados.  | Anualmente                 | Cumprida parcialmente. |



|    |  |                          |                                 |
|----|--|--------------------------|---------------------------------|
| 4  | Proceder o cercamento da Reserva Legal e enviar relatório fotográfico para comprovação do mesmo  | 60 dias.                 | Cumprida, mas faz-se ressalvas. |
| 5  | Apresentar relatório de avaliação do desenvolvimento da recomposição vegetal (descritivo e fotográfico) que contemple os parâmetros: altura média das plantas, número de famílias e espécies, densidade de ocupação das espécies arbóreas e arbustivas (numero de planta por área), cobertura do solo pelas forrageiras (percentagem e espécies), atração à fauna e outros, da área onde será executado o PTRF. Deverá ser acompanhado de uma ART do responsável pela elaboração do mesmo. | Anualmente               | Cumprida parcialmente.          |
| 6  | Executar Projeto Técnico de Recuperação da Flora, conforme apresentado.  | 30 dias.                 | Cumprida.                       |
| 7  | Relatar previamente à SUPRAM ASF qualquer modificação na rotina de produção que possa implicar alterações nos diversos efluentes gerados, seja em nível qualitativo ou quantitativo.   | Durante a vigência da LO | Cumprida.                       |
| 8  | Apresentar laudo de avaliação de ruídos com base na Lei Estadual 10.100/90, bem como proposta de medida(s) corretiva(s), caso as exigências dessa Lei não sejam atendidas.   | Anualmente               | Cumprida parcialmente.          |
| 9  | Proceder à implantação do novo sistema de tratamento de efluentes industriais conforme projeto apresentado.<br><br>Obs.: apresentar relatório fotográfico após a conclusão das obras.  | 180 dias                 | Cumprida intempestivamente.     |
| 10 | Proceder a desativação da fossa seca e implantação da fossa séptica.   | 120 dias                 | Cumprida intempestivamente      |



|    |   |                           |                            |
|----|---|---------------------------|----------------------------|
| 11 | Apresentar uma proposta detalhada tendo em vista o cumprimento da medida compensatória da Resolução CONAMA 369/2006, observando que a área a ser destinada a este fim deve atender as recomendações deste Parecer | 60 dias.                  | Cumprida, com observações. |
| 12 | Apresentar cópia do protocolo de envio de Declaração de Carga Poluidora, a qual devia ter sido encaminhada a FEAM, conforme DN conjunta COPAM/CERH 01/08 e DN 131/09.   | Anualmente                | Cumprida parcialmente.     |
| 13 | Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM ASF no Anexo II.   | Durante a vigência da LO. | Cumprida parcialmente.     |

Os comentários sobre a avaliação do cumprimento das condicionantes e sua conclusão estão a seguir. A notificação sobre a emissão da licença também se deu em 25/11/2010

#### Condicionante nº 1

Não foram solicitadas comprovações, mas em 16/07/2014, protocolo R0218050/2014, foram apresentadas notas fiscais do ano de 2012. Durante a fiscalização feita pela equipe da Supram ASF, em 31/07/2013, foi relatado que o empreendimento apresentou comprovações de destinação adequada dos resíduos.

Considera-se cumprida.

#### Condicionante nº 02

Em 03/07/2014, protocolo R0218048/2014, foi informado que nenhum dos resultados esteve fora do padrão de emissão estabelecido pela DN 11/86. Entre os resultados apresentados, em nenhum foi verificado parâmetro fora do padrão, por isso, considera-se cumprida.

#### Condicionante nº 03

A relação de relatórios está no quadro abaixo:

| Protocolo     | Data       | Referência | Avaliação    |
|---------------|------------|------------|--------------|
| R 008814/2011 | 25/01/2011 | 2010       | Satisfatório |
| R107741/2011  | 07/07/2011 | 2011       | Satisfatório |



|               |            |      |              |
|---------------|------------|------|--------------|
| R427556/2013  | 06/09/2013 | 2013 | Satisfatório |
| R0199958/2014 | 17/06/2014 | 2014 | Satisfatório |
| R0512443/2015 | 20/11/2015 | 2015 | Satisfatório |
| R0300220/2016 | 12/09/2016 | 2016 | Satisfatório |
| R0308909/2017 | 11/12/2017 | 2017 | Satisfatório |
| R0192599/2018 | 26/11/2018 | 2018 | Satisfatório |
| R0167678/2019 | 01/11/2019 | 2019 | Satisfatório |

Verifica-se que não foi apresentado relatório referente ao ano de 2012, por isso considera-se cumprimento parcial.

#### **Condicionante nº 4**

Como já relatado no item sobre a regularização da reserva legal, o empreendimento não é passível de constituição da mesma, pelo fato de que a matrícula na qual o imóvel está instalado já se encontrava em área urbana desde 1974. Considerando que não foi realizada nenhuma averbação à margem das matrículas dos imóveis, deve-se desconsiderar a dita compensação e também a exigibilidade de cumprimento da condicionante.

Mesmo assim, para constar, o empreendimento apresentou relatório fotográfico comprovando o cercamento da reserva legal proposta através do protocolo R008813/2011, de 21/01/2011, cumprindo tempestivamente a exigência da época.

#### **Condicionante nº 5**

Em 01/08/2013, a equipe da Supram ASF relatou através do ofício 725/2013, que o empreendimento não havia apresentado nenhum relatório conforme o solicitado, mas que na fiscalização realizada em 31/07/2013, verificou-se que o PTRF havia sido executado.

Em 30/04/2015, através do protocolo R359137/15 foi informado, juntamente com a cópia de um B.O, que a área foi acometida por um incêndio criminoso, destruindo as plantas que haviam sido objeto do PTRF, o que tornava impossível realizar e apresentar o relatório da condicionante, tendo sido informado também que antes do incêndio a área se encontrava totalmente restaurada e em ótimo estado de conservação.

Em 25/11/2016, através do protocolo R0350345/2016, a empresa informou que mesmo com a ocorrência do incêndio, conforme já informado nos protocolos anteriores, a APP estava se recuperando, mas mesmo assim não era possível elaborar o relatório uma vez que as espécies que haviam sido plantadas no local não



resistiram ao fogo. E a empresa aguardava um parecer deste órgão para saber como proceder em relação a esta condicionante.

A Supram ASF lavrou auto de infração nº 89992/2016, em razão do empreendimento não ter apresentado os relatórios solicitados na condicionante da licença, e ficou determinado neste mesmo auto que o empreendedor deveria executar o PTRF novamente na APP em prazo de 30 dias e protocolar o cumprimento deste na Supram e posteriormente cumprir a condicionante de nº 5. A notificação referente a esta autuação se deu em 05/01/2017.

Em 03/02/2017, protocolo R0036951/2017 foi apresentado o relatório, no qual foi informado que foi realizado o replantio onde houve perda de mudas em decorrência do incêndio, quais espécies e o espaçamento utilizado, acompanhado de um relatório fotográfico. Atendendo a determinação feita no auto de infração supra citado, no que diz respeito ao replantio.

No ano de 2018, não foi apresentado nenhum relatório, portanto, mais uma vez houve descumprimento da condicionante nº 5, uma vez que deveria seguir a frequência anual de apresentação de relatórios.

Em 29/01/2019, protocolo R0012545/2019, foi apresentado um relatório, sobre o qual se faz as seguintes considerações em relação aos itens solicitados na descrição da condicionante:

Altura média das plantas: Foi apresentada a altura média das plantas

Número de famílias e de espécies: Consta a descrição das espécies e das famílias às quais pertencem.

Densidade de ocupação das espécies arbóreas e arbustivas: neste item o responsável técnico se ateve a informar a densidade proposta no PTRF, mas não informou a atual densidade de plantas encontradas no levantamento, que é a informação solicitada na condicionante.

Cobertura do solo: Foi informado que de toda a área plantada, houve a morte de apenas 10 mudas, totalizando 40 m<sup>2</sup> onde há predomínio de braquiária e Mombaça. Esta informação difere do já informado nos protocolos anteriores, uma vez que havia sido dito que o incêndio destruiu as mudas da execução do PTRF. Verificar no PTRF apresentado no Processo, quem era o responsável técnico pela elaboração.

Entende-se que a condicionante foi cumprida de forma parcial, deixando de ser apresentados relatórios nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2018.





### Condicionante nº 6

Através do protocolo R140657/2010, de 23/12/2010, foi apresentado relatório fotográfico de plantios de mudas. Em 31/07/2013, foi realizada fiscalização ao empreendimento pela equipe técnica da Supram ASF com fins de verificar o cumprimento das condicionantes, tendo sido relatado que foi realizado plantio de mudas na APP, e que as mudas naquela época estavam bem desenvolvidas e com realização de tratos culturais.

Avaliação: Cumprida.

### Condicionante nº 7

Comprovações: Foi informado em 06/09/2013, protocolo R427578/2013, que seriam realizadas alterações na estrutura física do empreendimento para atendimento às exigências do IMA, mas que não haveria nenhuma mudança no processo de produção e não seria instalado nenhum novo equipamento que pudesse aumentar a capacidade de produção da empresa, se restringindo à estrutura física.

Avaliação: Cumprida.

### Condicionante nº 8

No quadro abaixo estão descritos os protocolos apresentados:

| Protocolo     | Data       | Referência |                                |
|---------------|------------|------------|--------------------------------|
| R242704/2012  | 18/05/2012 | 2012       | Em conformidade.               |
| R427562/2013  | 06/09/2013 | 2013       | Em conformidade.               |
| R0199946/2014 | 17/06/2014 | 2014       | Em conformidade.               |
| R0039560/2016 | 05/02/2016 | 2015       | Em conformidade, intempestivo. |
| R0300226/2016 | 12/09/2016 | 2016       | Em conformidade.               |
| R0308929/2017 | 11/12/2017 | 2017       | Em conformidade.               |
| R0192607/2018 | 26/11/2018 | 2018       | Em conformidade.               |
| R0171667/2019 | 08/11/2019 | 2019       | Em conformidade.               |

Avaliação: Não apresentou laudo referente a 2011 e o laudo referente ao ano de 2015 foi intempestivo. Os demais estão em conformidade. Portanto, considera-se cumprimento parcial.

### Condicionante nº 9

Em 04/07/2011, protocolo R104856/2011, foi informado que houve problemas na instalação de certos pontos da nova ETEi, e que os efluentes seriam destinados às



estruturas da antiga ETE até a resolução, sendo realizados monitoramentos de 15 em 15 dias. Em 21/03/2012, protocolo R217655/2012, foi apresentado o relatório fotográfico demonstrando a conclusão das obras de implantação da ETEi.

Avaliação: Cumprida intempestivamente, uma vez que não houve solicitação de prorrogação de prazo da condicionante.

### **Condicionante nº 10**

Em 18/05/2012, protocolo R242702/2012 apresentou relatório fotográfico comprovando a instalação do conjunto de tratamento de efluente sanitário.

Avaliação: cumprida intempestivamente.

### **Condicionante nº 11**

Em 25/01/2011, protocolo R008809/2011, o empreendedor solicitou prorrogação de prazo para cumprimento, com a justificativa de necessitar de informações sobre a proposta detalhada uma vez que entendeu que a proposta foi elaborada através do PTRF que foi aprovado, implantado e comprovado através do relatório fotográfico já entregue de acordo com a condicionante de item 06. Neste mesmo documento, pediu orientação para cumprimento desta condicionante, por não saber como proceder, uma vez que ao entendimento da empresa esta condicionante já se encontrava cumprida.

Avaliação: Considera-se que a condicionante já havia sido cumprida, uma vez que o projeto já havia sido aprovado e sua execução descrita como condicionante nº6 e considerando ainda que diante do pedido feito, protocolo R008809/2011.

### **Condicionante 12**

Os protocolos realizados estão descritos na tabela abaixo.

| Protocolo     | Data       | Referência | Avaliação |
|---------------|------------|------------|-----------|
| R388773/2013  | 03/06/2013 | 2012       | Cumprido  |
| R0119358/2014 | 14/04/2014 | 2013       | Cumprido  |
| R0318016/2015 | 10/03/2015 | 2014       | Cumprido  |
| R0122555/2016 | 21/03/2016 | 2015       | Cumprido  |
| R0160553/2017 | 12/06/2017 | 2016       | Cumprido  |
| R012077/2018  | 21/06/2018 | 2017       | Cumprido  |
| R0050193/2019 | 10/04/2019 | 2018       | Cumprido  |



Avaliação: não foi apresentada a cópia do protocolo referente ao relatório ano base 2011, por isso considera-se cumprido parcialmente. Quanto ao relatório do ano 2019 ainda está dentro do prazo para apresentação.

### Programa de auto monitoramento

O auto monitoramento foi realizado para efluentes líquidos, emissões atmosféricas, gerenciamento de riscos e resíduos sólidos.

#### a) Efluentes líquidos

**Efluentes sanitários:** Foi solicitada a apresentação de relatórios com frequência semestral para os seguintes parâmetros DBO, DQO, pH, sólidos sedimentáveis, óleos e graxas, ABS e Coliformes Termotolerantes. Para este auto monitoramento, o início da apresentação de resultados deveria ser iniciado 180 dias após a implantação do sistema de tratamento, conforme condicionante nº 10, cuja comprovação de implantação se deu em maio de 2012.

Para verificação da tempestividade de apresentação de relatórios, a Supram ASF determinou que deveriam ser apresentados até o dia 10 do mês subsequente ao período avaliado.

Os relatórios apresentados estão descritos na tabela abaixo.

| Data protocolo | Protocolo     | Data amostras | Avaliação                                     |
|----------------|---------------|---------------|---|
| 06/08/2012     | R278121/2012  | 13/07/2012    | A ETE se apresentava sem vazão, tempestivo.   |
| 14/02/2013     | R348547/2013  | 08/01/2013    | A ETE se apresentava sem vazão, tempestivo.   |
| 30/04/2013     | R377056/2013  | 09/04/2013    | A ETE se apresentava sem vazão, tempestivo.   |
| 23/01/2014     | R0016713/2014 | 27/12/2013    | A ETE se apresentava sem vazão, intempestivo. |
| 09/05/2014     | R0149593/2014 | 04/04/2014    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 12/11/2014     | R0338604/2014 | 23/10/2014    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 30/04/2015     | R0359139/2015 | 15/04/2015    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 12/11/2015     | R0508187/2015 | 22/10/2015    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 10/10/2016     | R0319092/2016 | 14/04/2016    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 26/10/2016     | R0328074/2016 | 11/10/2016    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 10/05/2017     | R0134735/2017 | 25/04/2017    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 30/10/2017     | R0280390/2017 | 20/10/2017    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 10/05/2018     | R0088580/2018 | 25/04/2018    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 08/11/2018     | 0185828/2018  | 15/10/2018    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |
| 10/05/2019     | R0066358/2019 | 08/04/2019    | Dentro do padrão, tempestivo.                 |



|            |              |            |                               |
|------------|--------------|------------|-------------------------------|
| 01/11/2019 | R0167644/201 | 08/10/2019 | Dentro do padrão. Tempestivo. |
|------------|--------------|------------|-------------------------------|

Verifica-se que houve um relatório apresentado intempestivamente, e os demais dentro do prazo estabelecido e com parâmetros dentro do padrão.

**Efluentes industriais:** Foi solicitada a apresentação de relatórios com frequência mensal para os parâmetros vazão, temperatura, DBO, DQO, pH, sólidos totais, sólidos suspensos e sólidos dissolvidos, óleos e graxas, ABS e detergentes. Para este auto monitoramento, o início da apresentação de resultados deveria ser iniciado 180 dias após a implantação do sistema de tratamento, conforme condicionante nº 9, cuja comprovação de implantação se deu em 21 de março de 2012.

Para verificação da tempestividade de apresentação de relatórios, a Supram ASF determinou que deveriam ser apresentados até o dia 10 do mês subsequente ao período avaliado.

| Data protocolo | Protocolo     | Data amostras | Resultado        | Tempestividade                          |
|----------------|---------------|---------------|------------------|---|
| 24/04/2012     | R231729/2012  | 22/03/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo, dentro do prazo de 180 dias |
| 18/05/2012     | R242693/2012  | 10/04/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo, dentro do prazo de 180 dias |
| 04/06/2012     | R 250146/2012 | 07/05/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 03/07/2012     | R262877/2012  | 11/06/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 06/08/2012     | R278121/2012  | 13/07/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 04/09/2012     | R290456/2012  | 14/08/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 16/10/2012     | R308547/2012  | 21/09/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 20/11/2012     | R320805/2012  | 18/10/2012    | Dentro do padrão | Intempestivo                            |
| 05/12/2012     | R328002/2012  | 14/11/2012    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 15/01/2013     | R338781/2013  | 19/12/2012    | Dentro do padrão | Intempestivo                            |
| 14/02/2013     | R348547/2013  | 08/01/2013    | Dentro do padrão | Intempestivo                            |
| 20/03/2013     | R361506/2013  | 18/02/2013    | Dentro do padrão | Intempestivo                            |
| 08/04/2013     | R367912/2013  | 08/03/2013    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 30/04/2013     | R377056/2013  | 09/04/2013    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 16/05/2013     | R383085/2013  | 08/05/2013    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |
| 04/07/2013     | R401841/2013  | 11/06/2013    | Dentro do padrão | Tempestivo                              |

Inserir endereço da Superintendência Regional de Meio Ambiente responsável pela confecção do parecer.



|            |               |            |                  |                                  |
|------------|---------------|------------|------------------|----------------------------------|
| 12/08/2013 | R417510/2013  | 05/07/2013 | Dentro do padrão | Tempestivo pois 10/08 foi sábado |
| 06/09/2013 | R427620/2013  | 21/08/2013 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 11/10/2013 | R441403/2013  | 05/09/2013 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 14/11/2013 | R0454936/2013 | 08/10/2013 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 10/12/2013 | R0464025/2013 | 12/11/2013 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 23/01/2014 | R0016713/2014 | 27/12/2013 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 12/02/2014 | R0036004/2014 | 09/01/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 08/09/2014 | R0263125/2014 | 14/02/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 14/04/2014 | R0119609/2014 | 12/03/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 09/05/2014 | R0149593/2014 | 04/04/2014 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 10/06/2014 | R0192790/2014 | 23/05/2014 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 16/07/2014 | R0218083/2014 | 03/06/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 12/08/2014 | R0239016/2014 | 02/07/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 10/10/2014 | R0294659/2014 | 20/08/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 10/10/2014 | R0294669/2014 | 19/09/2014 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 12/11/2014 | R0338604/2014 | 23/10/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 11/12/2014 | R0352570/2014 | 28/11/2014 | Dentro do padrão | Intempestivo                     |
| 09/01/2015 | R0012650/2015 | 17/12/2014 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 05/02/2015 | R0159168/2015 | 14/01/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 10/03/2015 | R0318241/2015 | 12/02/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 10/04/2015 | R0346267/2015 | 17/03/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 30/04/2015 | R0359139/2015 | 15/04/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 25/05/2015 | R0372848/2015 | 11/05/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 23/06/2015 | R0387843/2015 | 15/06/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 10/08/2015 | R0424784/2015 | 09/07/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |
| 25/08/2015 | R0447757/2015 | 06/08/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                       |

Inserir endereço da Superintendência Regional de Meio Ambiente responsável pela confecção do parecer.





|            |               |            |                  |                                   |
|------------|---------------|------------|------------------|-----------------------------------|
| 20/11/2015 | R0512363/2015 | 29/09/2015 | Dentro do padrão | Intempestivo                      |
| 12/11/2015 | R0508187/2015 | 22/10/2015 | Dentro do padrão | Intempestivo                      |
| 10/12/2015 | R0520817/2015 | 19/11/2015 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 19/01/2016 | R0016160/2016 | 30/12/2015 | Dentro do padrão | Intempestivo                      |
| 05/02/2016 | R0039541/2016 | 28/01/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 10/03/2016 | R0102581/2016 | 26/02/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 11/04/2016 | R0154017/2016 | 17/03/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo pois 10/04 foi domingo |
| 10/10/2016 | R0319092/2016 | 14/04/2016 | Dentro do padrão | Intempestivo                      |
| 30/05/2016 | R0220657/2016 | 19/05/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 12/07/2016 | R0244620/2016 | 20/06/2016 | Dentro do padrão | Intempestivo                      |
| 05/08/2016 | R0266306/2016 | 21/07/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 12/09/2016 | R0300263/2016 | 25/08/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo, pois 10/09 foi sábado |
| 27/09/2016 | R0312025/2016 | 14/09/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 26/10/2016 | R0328074/2016 | 11/10/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 07/12/2016 | R0359528/2016 | 23/11/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 29/12/2016 | R0372236/2016 | 22/12/2016 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 26/01/2017 | R0028906/2017 | 19/01/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 10/03/2017 | R0071199/2017 | 14/02/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 03/04/2017 | R0098047/2017 | 14/03/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 10/05/2017 | R0134735/2017 | 25/04/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 26/05/2017 | R0148715/2017 | 12/05/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 23/06/2017 | R0169832/2017 | 13/06/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 03/08/2017 | R0201034/2017 | 28/07/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 30/08/2017 | R0226797/2017 | 11/08/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 06/10/2017 | R0260495/2017 | 22/09/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |
| 30/10/2017 | R0280390/2017 | 20/10/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo                        |

Inserir endereço da Superintendência Regional de Meio Ambiente responsável pela confecção do parecer.



|            |               |            |                  |              |
|------------|---------------|------------|------------------|--------------|
| 23/11/2017 | R0298402/2017 | 14/11/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/01/2018 | R0005731/2018 | 13/12/2017 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 05/02/2018 | R0027629/2018 | 25/01/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 01/03/2018 | R0044133/2018 | 20/02/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/04/2018 | R0063174/2018 | 22/03/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/05/2018 | R0088580/2018 | 25/04/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 04/06/2018 | R0099779/2018 | 22/05/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 26/06/2018 | R0114501/2018 | 19/06/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 17/08/2018 | R0147345/2018 | 18/07/2018 | Dentro do padrão | Intempestivo |
| 17/08/2018 | R0147325/2018 | 03/08/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/10/2018 | 0171781/2018  | 19/09/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 08/11/2018 | 0185828/2018  | 15/10/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/12/2018 | R0198744/2018 | 08/11/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 09/01/2019 | R0002679/2019 | 14/12/2018 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 29/01/2019 | R0012536/2019 | 02/01/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 25/02/2019 | R0026881/2019 | 04/02/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/04/2019 | R0050197/2019 | 15/03/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/05/2019 | R0066358/2019 | 08/04/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/06/2019 | R0081954/2019 | 22/05/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 26/06/2019 | R0090638/2019 | 07/06/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 06/08/2019 | R0117552/2019 | 15/07/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 20/09/2019 | R0147074/2019 | 19/08/2019 | Dentro do padrão | Intempestivo |
| 01/10/2019 | R0152387/2019 | 04/09/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 01/11/2019 | R0167644/2019 | 08/10/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 29/11/2019 | R0182147/2019 | 18/11/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| 10/01/2020 | R0002169/2020 | 11/12/2019 | Dentro do padrão | Tempestivo   |

Inserir endereço da Superintendência Regional de Meio Ambiente responsável pela confecção do parecer.



|            |               |            |                  |            |
|------------|---------------|------------|------------------|------------|
| 17/01/2020 | R0006560/2020 | 08/01/2020 | Dentro do padrão | Tempestivo |
|------------|---------------|------------|------------------|------------|

Foi verificado que foram apresentados 22 relatórios intempestivamente, os demais tempestivos e com relação aos parâmetros solicitados no plano de auto monitoramento todos os relatórios, inclusive os intempestivos apresentaram valores dentro do padrão.

## b) Resíduos sólidos

Foi solicitada a apresentação de relatórios, com frequência anual, com dados de controle e disposição de resíduos gerados no período, devendo o documento seguir um padrão estabelecido na condicionante.

Para verificação da tempestividade de apresentação de relatórios, a Supram ASF determinou que deveriam ser apresentados até o dia 10 do mês subsequente ao período avaliado.

Segue abaixo a relação dos protocolos realizados.

| Período | Data limite | Protocolo     | Data protocolo | Avaliação   |
|---------|-------------|---------------|----------------|---|
| 1º ano  | 10/12/2011  |               |                | Não apresentado   |
| 2º ano  | 10/12/2012  | R266391/2012  | 10/07/2012     | Relatório incompleto e intempestivo.  |
|         |             | R340351/2013  | 18/01/2013     |   |
| 3º ano  | 10/12/2013  | R0075856/2014 | 19/03/2014     | Relatório só possui dados de julho a dezembro/2013. Por isso incompleto e intempestivo.   |
| 4º ano  | 10/12/2014  | R0263596/2014 | 08/09/2014     | Relatório tempestivo, mas incompleto.   |
|         |             | R0012818/2015 | 09/01/2015     |   |
| 5º ano  | 10/12/2015  | R0409217/2015 | 23/07/2015     | Relatório só possui dados de janeiro a julho/2015. Por isso incompleto. Apesar de possuir prazo para apresentação dos dados do segundo semestre, o mesmo não foi feito. |
| 6º ano  | 10/12/2016  | R0266305/2016 | 05/08/2016     | Relatório incompleto e intempestivo.  |
|         |             | R0032598/2017 | 31/01/2017     |   |
| 7º ano  | 10/12/2017  | R0164260/2018 | 21/09/2018     | Relatórios incompletos.   |
|         |             | R0005734/2018 | 10/01/2018     |   |



|        |            |               |            |                       |
|--------|------------|---------------|------------|-----------------------|
| 8º ano | 10/12/2018 | R0002705      | 09/01/2019 | Relatório incompleto. |
| 9º ano | 10/12/2019 | R0002134/2020 | 10/01/2020 | Relatório incompleto. |

Da análise do monitoramento dos resíduos, verificou-se que todos os relatórios estavam incompletos, pois deixaram de relatar resíduos como recicláveis, resíduos com características domésticas, resíduos perigosos.

A descrição da condicionante foi clara uma vez que exigiu o monitoramento de todos os resíduos gerados no empreendimento, ainda que os mesmos não tenham sido descritos em sua totalidade no RCA e PCA.

Deste modo, conclui-se que são nove relatórios incompletos.

Ressalta-se, no entanto, que o empreendimento apresentou comprovações de destinação adequada dos resíduos mesmo não tendo sido relatados no auto monitoramento, entendendo-se, portanto, que não houve prejuízos ambientais.

### c) Emissões atmosféricas:

Foi solicitado o monitoramento com frequência anual para o parâmetro concentração de material particulado. O quadro abaixo tem o resumo das comprovações: Verifica-se que foi estabelecida a apresentação até o dia 10 do mês subsequente ao período em avaliação.

| Protocolo     | Data       | Referência | Observações      | Avaliação    |
|---------------|------------|------------|------------------|--------------|
| R242704/2012  | 18/05/2012 | 2012       | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| R427569/2013  | 06/09/2013 | 2013       | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| R0199968/2014 | 17/06/2014 | 2014       | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| R0512443/2015 | 20/11/2015 | 2015       | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| R0300212/2016 | 12/09/2016 | 2016       | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| R0099786/2018 | 04/06/2018 | 2017       | Dentro do padrão | Intempestivo |
| R0164265/2018 | 21/09/2018 | 2018       | Dentro do padrão | Tempestivo   |
| R0167641/2019 | 01/11/2019 | 2019       | Dentro do padrão | Tempestivo   |

Verifica-se que não foi apresentado relatório para o ano de 2011, o relatório referente ao ano de 2017 foi apresentado intempestivamente e para os demais períodos, houve



cumprimento tempestivo. Em todos os períodos avaliados os resultados mostraram valores dentro do padrão.

#### **d) Programa de prevenção de riscos ambientais**

Foi solicitada a apresentação de relatórios, com frequência anual, de atividades previstas no Plano de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e seus registros, devendo o documento seguir um padrão estabelecido na condicionante.

Para verificação da tempestividade de apresentação de relatórios, a Supram ASF determinou que deveriam ser apresentados até o dia 10 do mês subsequente ao período avaliado.

Segue abaixo a relação dos protocolos realizados.

| <b>Protocolo</b> | <b>Data</b> | <b>Referência</b> | <b>Observações</b> |
|------------------|-------------|-------------------|--------------------|
| -                | -           | 2011              | Não apresentado    |
| -                | -           | 2012              | Não apresentado    |
| R0217973/2014    | 16/07/2014  | 2013              | Intempestivo.      |
| -                | -           | 2014              | Não apresentado    |
| R0039564/2016    | 05/02/2016  | 2015              | Intempestivo       |
| R0300320/2016    | 12/09/2016  | 2016              | Tempestivo         |
| R0308928/2017    | 11/12/2017  | 2017              | Tempestivo         |
| R0192603/2018    | 26/11/2018  | 2018              | Tempestivo         |
| R0167680/2019    | 01/11/2019  | 2019              | Tempestivo         |

Verifica-se que foram apresentados dois relatórios intempestivos, três relatórios não foram apresentados e os demais foram tempestivos.

#### **Conclusão sobre o cumprimento das condicionantes**

Houve cumprimento das condicionantes 01, 02, 04, 06, 07 e 11. As condicionantes 03, 05, 08, 12 e 13 foram cumpridas parcialmente e as condicionantes 09 e 10 foram cumpridas intempestivamente.

Diante disso foram lavrados os autos de infração nº 198922/2020 e 198923/2020.

#### **Análise sobre o desempenho ambiental do empreendimento**





Constatou-se que o empreendimento cumpriu as condicionantes impostas mesmo que algumas tenham sido de forma parcial ou de modo intempestivo, isso não acarretou prejuízos ambientais, conforme já dissertado acima.

Quanto aos impactos ambientais que demandam monitoramento verificou-se que:

1. Efluentes líquidos de origem industrial: todos os relatórios demonstraram que a estação de tratamento de efluentes tem apresentado uma boa eficiência para os parâmetros solicitados, mesmo que para determinados períodos os parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio -DBO e Demanda Química de Oxigênio - DQO tenham se apresentado com valores acima do limite estabelecido na DN Conjunta Copam CERH nº 01/2008, a exigência foi atendida em eficiência de remoção, mantendo médias anuais de eficiência de remoção acima de mínimo estabelecido na mesma deliberação, conforme o quadro abaixo.

| Ano                | Média de Eficiência DBO | Média de Eficiência DQO |
|--------------------|-------------------------|-------------------------|
| 2012               | 96,3                    | 92,9                    |
| 2013               | 95,6                    | 89,5                    |
| 2014               | 96,6                    | 93,0                    |
| 2015               | 97,6                    | 95,6                    |
| 2016               | 97,3                    | 95,3                    |
| 2017               | 90,1                    | 88,2                    |
| 2018               | 92,6                    | 92,0                    |
| 2019               | 90,9                    | 83,5                    |
| <b>Total geral</b> | <b>94,2</b>             | <b>90,6</b>             |

2. Efluentes líquidos sanitários: Pelos resultados apresentados nos períodos em que foi possível realizar coleta de amostras, os resultados demonstraram boa eficiência do tratamento.

3. Resíduos sólidos: Apesar de ter apresentado relatórios de monitoramento incompletos o empreendimento deu as destinações adequadas aos resíduos.

4. Efluentes atmosféricos: Apesar de não ter apresentado o primeiro relatório, os posteriores que foram devidamente protocolados demonstraram que não houve descumprimento da legislação pertinente.

Quanto ao programa de prevenção de riscos ambientais, a equipe técnica se ateve a avaliar a apresentação dos relatórios sem entrar no mérito da qualidade dos mesmos pois entende-se que dizem respeito a saúde do trabalhador e não ao meio ambiente em si, o que extrapola as competências deste órgão ambiental.

Ressalta-se ainda, que mesmo tendo realizado ampliação da atividade sem a devida licença, os indicadores apresentaram bons resultados após esta ampliação.



Conclui-se, portanto, diante das comprovações do que foi exigido na licença anterior, que o empreendimento apresentou um bom desempenho ambiental.

## 6. Controle Processual

Conforme prenunciado, a empresa **Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 71.412.217/0001-57, busca revalidar (renovar) a sua Licença de Operação ambiental.

Inicialmente, é de bom alvitre mencionar que, embora processo em questão tenha sido formalizado sob a vigência da Deliberação Normativa do Copam – DN n. 74/2004, o mesmo foi reorientado para adequar-se a novel DN n. 217/2017 (que revogou àquela), em atendimento ao seu art. 38.

Pois bem, no ano de 2010, a empresa obteve a licença ambiental sob certificado LOC n. 049/2010<sup>1</sup>, vinculado ao processo administrativo n. 02371/2002/003/2008. O pedido de LOC foi deferido após a deliberação na 70ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco – URC/ASF, do Copam, realizada no dia 25/11/2010. Assim, a LOC fora concedida com o prazo de validade de 04 anos, contados a partir da publicação da decisão na Imprensa Oficial<sup>2</sup>, ou seja, com início em 27/11/2010 e encerramento no dia 27/11/2015.

Neste contexto, pela data de entrada dos documentos para formalização do processo de licenciamento na Supram-ASF – doc. Siam n. 0474513/2015, de 25/07/2014 (f. 06) –, se constata que foi observado o interstício mínimo de 120 dias antes do vencimento da LO n. 049/2010. Desta feita, a empresa foi beneficiada pela prorrogação automática dos efeitos da LO, o que garante a operação da atividade industrial até a conclusão deste processo de RevLO, nos termos do art. 14º, § 4º, da Lei Complementar n. 140/2011<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Doc. Siam n. 0788934/2020.

<sup>2</sup> Doc. Siam n. 800909/2010.

<sup>3</sup> **Lei Complementar n. 140**, de 08 de dezembro de 2011 (fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.): **Art. 14** - Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento. (...) **§ 4º** - A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.



À época da concessão da LO n. 049/2010 foi regularizada a atividade de *abate de animais de médio e grande porte*. Essa atividade era enquadrada no código D-01-03-1, na DN Copam n. 74/2004 – vigente naquela ocasião.

Todavia, como sobredito, o processo foi readequado para a DN n. 217/2017 e, com isso, os antigos códigos da DN 74/2004 foram substituídos pelas disposições DN em vigor, logo, atualmente, a atividade desenvolvida pela empresa está tipificada no código:

- D-01-02-4 – Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos etc.), com capacidade instalada para 450 cabeças/dia.

Por consequência, constata-se que o empreendimento licenciando é considerado de porte grande (G) e potencial poluidor/degradador médio (M). Neste diapasão, apesar da nova conjugação de porte e potencial e da reorientação do processo para a DN n. 217/2017, verificou-se que o empreendimento se manteve na mesma classe 05.

Assim, embora a análise seja atribuída a Supram-ASF, cabe a Câmara Técnica de Atividades Industriais do Copam decidir sobre o pedido de licença ambiental, haja vista ser esta a instância administrativa competente prevista no art. 14, IV, “a” e §1º, II, do Decreto Estadual n. 46.953/2016.

O empreendimento situa-se nas margens da Rodovia BR 352, km 05, Distrito Industrial I, zona urbana do município de Pará de Minas-MG, CEP 35660-970. Portanto, considerando que não se trata de imóvel rural (ou que possua destinação agrícola), fica dispensada a obrigação em demarcar a respectiva área de Reserva Legal, de acordo com a IN MMA n. 02/2014 e a Lei Federal n. 12.651/2012.

Foi averiguado a existência de uma APP - Área de Preservação Permanente no interior do imóvel sobredito, considerando que ali há uma passagem de um curso d’água denominado Ribeirão Paciência, situados nos limites da propriedade.

Segundo apurado pela área técnica, esta APP ocupa uma área total de 7.949,25 m², dentro da qual 510 m² são construções consideradas como uso consolidado, 1.784,34 m² constitui-se de área destituída de vegetação nativa e 5.654,91 m² estão em regeneração.

No tocante a área considerada como uso consolidado - regularizada no processo de licenciamento anterior, PA n. 02371/2002/003/2008 -, foi exigida a apresentação de medida compensatória que consistiu na execução de um PTRF - Projeto Técnico de Reconstituição da Flora, em outra parte da APP do imóvel. Desta maneira, restou averiguado tecnicamente o cercamento da área e que a mesma está em processo de



recuperação, de modo que neste parecer exige-se a continuidade de medidas para proteção e manutenção da área, durante a validade da RevLO.

No tocante ao recurso hídrico, resta informar que junto ao presente processo de licenciamento, tramitam, de forma vinculada, os processos abaixo relacionados:

- Processo de outorga n. 32854/2019: com parecer técnico concluído e sugestão pelo deferimento na modalidade autorização do uso de água subterrânea por meio de poço tubular já existente;
- Processo de outorga n. 30196/2014: com parecer técnico concluído e sugestão pelo deferimento na modalidade autorização do uso de água subterrânea por meio de poço tubular já existente; e
- Processo de outorga n. 16961/2014: renovação da Portaria de Outorga n. 198/2010, pela qual se autoriza o uso de água subterrânea.

Fato é, que os referido processos de outorga são acessórios a este licenciamento ambiental, pois destinados, justamente, a suprir a demanda hídrica da empresa Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. Diante disso, com a emissão da licença ambiental, as Portarias deverão ter a vigência atrelada a validade da RevLO, por força do art. 9º, §1º, da Portaria do Igam n. 48/2019 c/c DN Copam n. 217/2017.

Dentre os documentos apresentados para constituir este processo de licenciamento, constam o Requerimento para Renovação da Licença (f. 16), as Coordenadas Geográficas do Ponto Central do empreendimento (f. 17) e a Declaração de Entrega em Cópia Digital (CD) dos documentos que compõem o processo de licenciamento (f. 20).

Além disso, às f. 226-227, foi juntada a via original e cópia da publicação do requerimento de RevLO, realizada em periódico regional que atende ao município de Pará de Minas-MG, em atenção a Resolução Conama n. 237/1997 e Lei Federal n. 6.938/1981. Bem como, foi promovida, em 29/07/2014, a publicação da formalização do processo de RevLO no Diário do Executivo, da Imprensa Oficial do Estado<sup>4</sup>.

Às f. 311-315, consta o Contrato Social consolidado da empresa, de modo que o objeto social coaduna com o objeto deste processo de administrativo.

<sup>4</sup> Doc. Siam n. 0792436/2020, f. 232, dos autos.



Frisa-se que este licenciamento é instruído com o Rada - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, acompanhado das ART's n. 1420140000000882654, W-13024 e W-14563, dispostos às f. 21-44; 256 e 291.

É de bom alvitre ressaltar que, em consulta ao SIAM<sup>5</sup>, foi observada a juntada da Declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Pará de Minas/MG, pelo qual atestou a conformidade do local de instalação e operação do Abatedouro, especialmente, em relação a legislação local sobre o uso e ocupação do solo, em atenção ao art. 10, §1º, da Resolução Conama n 237/1997. Nesta senda, atualmente, não se faz necessária a entrega de uma nova Declaração, consoante inteligência do Parecer n. 15.915/2017 da Advocacia Geral do Estado (AGE) e do disposto no art. 18, *caput*, e §1º, do Decreto Estadual n. 47.383/2018.

A empresa foi vistoriada pelo Órgão Ambiental no dia 24/07/2018, conforme exarado no Auto de Fiscalização n. 39823/2018, de f. 247-248.

Todavia, em que pese a juntada dos documentos do FOBI, ainda se fez necessário solicitar à empresa informações complementares para dar continuidade a análise do seu pedido de licença. Especialmente, para que o Órgão Ambiental pudesse melhor avaliar o desempenho ambiental do empreendimento durante a vigência da LOC n. 049/2010 e, sobretudo, após a realização da vistoria em campo, oportunidade em que foi possível aferir outras circunstâncias não identificadas apenas nos estudos. É nesse contexto que foi encaminhado ao Requerente o Ofício Supram-ASF n. 1221/2018<sup>6</sup>, para que fossem prestadas as devidas informações complementares.

Com efeito, o empreendimento cuidou em apresentar os documentos requeridos a contento, cujos esclarecimentos possibilitaram a conclusão da análise do pedido de licença.

Neste viés, à f. 611, consta o certificado de registro do IEF, sob n. 11265 (protocolo R0030961/2020), na forma exigida pela Resolução Conjunta Semad/IEF n. 1.661/2012. O certificado é relativo ao exercício de 2019 e possui validade até 30/01/2020, de modo que foi gerado para a categoria *04.02 – consumidor de produtos e subprodutos da flora lenhas, cavacos e resíduos*.<sup>7</sup>

Embora não haja no interior do empreendimento estruturas voltadas ao abastecimento de veículos ou armazenamento de combustível tal como tipificado na Resolução

<sup>5</sup> Protocolo SIAM n. R867034/2008, juntado nos autos do PA n. 02371/2002/003/2008.

<sup>6</sup> Doc. Siam n. 0708498/2019 (f. 259-260).

<sup>7</sup> O prazo final para renovação anual do cadastro, para o exercício de 2020, previstos na Resolução Conjunta Semad/IEF n. 1661/2012 foi prorrogado até 31/07/2020, nos termos da Resolução Conjunta Semad/IEF n. 2.923, de 06 de janeiro de 2020.



Conama n. 273/2000 e DN Copam n. 108/2007<sup>8</sup>, a empresa cuidou em apresentar, à f. 292-293, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros válido. Para tanto, o AVCB n. 20180105441 possui validade até 21/09/2013, de modo que certifica que foram adotadas as medidas de segurança previstas na legislação estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Por outro lado, foi juntado nos autos o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, acompanhado da ART (f. 318-361), em atenção a Lei Federal n. 12.305/2010. Além disso, foi juntado o comprovante de entrega de uma via do PGRS para ciência do município de Pará de Minas-MG<sup>9</sup>, para assim oportunizar a oitiva do ente municipal quanto a regularidade da destinação dos resíduos sólidos da empresa, tal como preconiza o art. 24, §2º, da Lei. Apesar do envio, até o encerramento deste expediente não consta a manifestação do referido Município quanto ao PGRS apresentado, circunstância, porém, que não obsta o regular andamento do feito.

Conquanto, como sobredito, o estudo em questão foi considerado satisfatório pela Equipe Técnica da Supram-ASF.

Igualmente, consta nos autos a Declaração de Inexistência de Áreas Suspeitas de Contaminação ou Contaminadas para obtenção de Licença ambiental, assinada pelo responsável legal da empresa e o seu responsável técnico, nos termos da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH n. 02, de 08 de setembro de 2010.

Além disso, às f. 184-224, foram apresentadas as DMR's - Declarações de Movimentação de Resíduos e os MTR's - Manifestos de Transportes de Resíduos protocoladas na FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente, referentes ao período de 01/07/2019 a 31/12/2019, com esboço no art. 16 da DN n. 232/2019.

Foi juntado nos autos o certificado de regularidade válido n. 5360135, no Cadastro Técnico Federal para Atividades Poluidoras e Utilizadora de Recursos Naturais Ambientais – CTF/APP, com baluarte no art. 17, inciso II, da Lei Federal n. 6.938/1981, as Instruções Normativas do Ibama n. 06/2013 e 12/2018, bem ainda o art. 3º, da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam n. 2.805, de 10/05/2019.

Noutro giro, é sabido que o Órgão ambiental, em sede de RevLO, conduz sua análise para aferir como foi o desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência da licença anterior, no caso *sub examine* a licença de operação concedida nos autos do processo de Rev-LO n. 02371/2002/003/2008.

<sup>8</sup> Vide Auto de Fiscalização n. 39888/2019, às f. 165-166.

<sup>9</sup> Recibo de Abertura de Processo PRO-00065/19, de 04/01/2019, à f. 317.





Nesta esteira, importante reproduzir o § 3º, do art. 18, da Resolução Conama n. 237/97, *in verbis*:

Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

Assim, não se pode olvidar que as obrigações que foram consignadas no Parecer Único do processo de LO e pela qual o empreendimento licenciando se comprometeu a atender para obtenção da licença, perfazem *conditio sine qua non* para garantir a viabilidade ambiental da atividade no local por ela impactado.

Veja que a análise sobre o desempenho ambiental, sintetizada nas informações prestadas nos autos, especialmente, em relação ao atendimento das condicionantes, se deu no contexto das interferências infligidas ao meio ambiente pela atividade industrial.

Salienta-se que a análise das condicionantes e a averiguação do desempenho ambiental do empreendedor compete ao Gestor técnico e, desta maneira, embora tenha-se constatado o descumprimento de algumas obrigações, considerou-se que essa circunstância não comprometeu a performance da empresa ao longo da vigência da LOC n. 49/2010. Nesta esteira, o desempenho ambiental do empreendimento foi tido pela Equipe de análise como satisfatório, em conformidade com a Resolução Conama n. 237/1997 e Decreto 47.383/2017.

Aliás, registre-se que a empresa foi autuada pelo descumprimento das condicionantes da Rev-LO n. 049/2010 – AI n. 198922/2020 e 198923/2020–, conforme preconizado no Decreto alhures.

Lado outro, é de bom alvitre mencionar que outro critério adotado pela legislação ambiental para avaliar o desempenho e, de modo especial, traçar parâmetro para diminuição de prazo de licença ambiental, é a avaliação histórica do prontuário do Requerente quanto às eventuais infrações à legislação ambiental ou recursos hídricos. Assim, *na renovação das licenças que autorizem a instalação ou operação do empreendimento ou da atividade, a licença subsequente terá seu prazo de validade reduzido em dois anos a cada infração administrativa de natureza grave ou gravíssima cometida pelo empreendimento ou atividade no curso do prazo da licença anterior, desde que a respectiva penalidade tenha se tornado definitiva*, nos termos do art. 37, §2º, do Decreto Estadual n. 47.383/2018.



Porquanto, segundo o Relatório de Auto de Infração gerado no Sistema de Controle de Autos de Infração – CAP (f. 614-615), entre as infrações lavradas em desfavor da empresa, destacam-se as seguintes:

- Al n. 89878-/2016, lavrado em 23/12/2016. Vinculado ao processo n. 469905/20, e com multa aplicada no valor de R\$ 16.616,27, por ocorrência capitulada no código 105<sup>10</sup>, Anexo I, do Decreto Estadual n. 47.383/2018. O *status* informado no CAP é “simples parcelamento”;
- Al n. 89992/2016, lavrado em 23/11/2016. Vinculado ao processo n. 572711/18 e com multa aplicada no valor de R\$ 16.616,27, por ocorrência capitulada no código 105, Anexo I, do Decreto Estadual n. 47.383/2018. O *status* informado no CAP é “dívida ativa”.

Como sobredito, embora a LOC n. 49/2010 tenha sido concedida, inicialmente, com validade até 27/11/2015, durante a análise desse feito reconheceu-se a prorrogação automática dos efeitos da mesma. Logo, a LOC em tela permanece válida e apta a respaldar o local e a operação o da atividade da Requerente até que esta obtenha a manifestação definitiva do Órgão ambiental quanto ao pedido de renovação de licença, com espeque no art. 14, §4º, da LC n. 140/2011. Com efeito, entende-se que as infrações retro citadas foram cometidas no âmbito da LO n. 49/2010, já que seu prazo de validade foi regularmente dilatado, tanto, que o cumprimento das suas condicionantes ainda é exigido no período prorrogado até a renovação da mesma.

Nesse sentido, vislumbra-se a definitividade das penalidades atreladas as noticiadas infrações, consoante inteligência do art. 65, do Decreto n. 47.383/2018:

Art. 65 – As penalidades aplicadas no auto de infração tornar-se-ão definitivas no primeiro dia útil após o transcurso do prazo previsto no caput do art. 58, contados da cientificação da lavratura do auto de infração, quando:

I – não for apresentada defesa;

II – a defesa apresentada não for conhecida, em razão da ocorrência de alguma das hipóteses do art. 60;

Parágrafo único – O pedido de pagamento ou parcelamento implicará na definitividade das penalidades aplicadas, na data da solicitação ou requerimento.

<sup>10</sup> **Código: 105. Descrição da Infração:** Descumprir ou cumprir fora do prazo condicionante aprovada nas licenças ambientais, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento, ou equivalentes. **Classificação:** Grave.

**Incidência da pena:** Por ato, com acréscimo. **Observações:** Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base da multa por cada condicionante descumprida, a partir da segunda. No caso da condicionante relativa ao cumprimento do programa de auto monitoramento, também será aplicado um acréscimo de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por relatório não entregue, entregue fora do prazo ou incompleto.



Desta maneira, a pretensa RevLO, se concedida, terá seu prazo reduzido a 06 anos, diante haja vista o disposto no §3º, art. 37, do Decreto alhures, *in verbis*:

§ 3º – No caso do § 2º, o prazo de validade da licença subsequente fica limitado a, no mínimo, dois anos, no caso de licença que autorize a instalação, e seis anos, **para as licenças que autorizem a operação**. (Grifou-se).

O presente feito é instruído com a planilha de custos de, na forma exigida pela Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam 2.125/2014 e Resolução Semad n. 412/2005. Desta forma, constata-se que a empresa procedeu ao pagamento das devidas taxas antes do processo ser pautado para decisão sobre o pedido de licença.

Ante o exposto, sob a ótica do princípio da legalidade em que pautam os atos da Administração Pública, sugere o deferimento do pedido da Revalidação da Licença de Operação (RevLO).

## 7. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Alto São Francisco sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Revalidação da Licença de Operação, para o empreendimento Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda para a atividade de Abate de animais de médio e grande porte, no município de “Pará de Minas”, pelo prazo de “06 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Alto São Francisco, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco. não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

### Observações:

- A observação acima deverá constar do certificado de licenciamento a ser emitido;



- O texto acima delineado pode sofrer alterações, de acordo com a especificidade de cada empreendimento, caso a equipe analista julgue necessário.

## 8. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para Renovação da Licença de Operação do “Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.”;

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento da Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.;  
e

**Anexo III.** Relatório Fotográfico do(a) Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.



## ANEXO I

### Condicionantes para Renovação da Licença de Operação da “Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda”

Para o quadro abaixo, as condicionantes a serem inseridas devem sempre estar afetas a aspectos ambientais. Ademais, no licenciamento ambiental concomitante (LAC), há necessidade de construção de quadros distintos relativos a cada fase do licenciamento (projeto, instalação e operação).

| Item | Descrição da Condicionante   | Prazo*  |
|------|--|---|
| 01   | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.   | Durante a vigência da licença.  |
| 02   | Apresentar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, após a obtenção do mesmo.  | 30 dias após a obtenção do documento.   |
| 03   | O empreendimento somente poderá operar o posto de abastecimento de combustível após a obtenção do AVCB.  | -   |
| 04   | Realizar manutenções nas cercas e aceiros que protegem as áreas de preservação permanente, principalmente na época de maior ocorrência de incêndios florestais.<br><br>Apresentar relatório fotográfico comprovando a execução.  | Anualmente.<br>Devendo o relatório fotográfico ser apresentado até o fim do ano corrente. |
| 05   | Com o sistema MTR é dispensável a apresentação de comprovantes de destinação de resíduos? Caso não seja, peço que permaneça neste item, o texto abaixo:<br><br>Apresentar comprovantes (certificados de licenças válidos, contratos de prestação de serviços vigentes e notas fiscais atuais ou declaração) para demonstrar a correta destinação de TODOS os resíduos sólidos gerados no empreendimento, | Semestralmente, junto a apresentação da DMR descrita no Anexo II.                         |



|  |   |  |
|--|---|--|
|  | incluindo os resíduos de serviços de saúde (se for o caso). A destinação deve ser feita a empreendimentos devidamente regularizados ambientalmente. |  |
|--|---|--|

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Alto São Francisco, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*





## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Renovação da Licença de Operação da “Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda.”

#### 1. Efluentes Líquidos

| Local de amostragem   | Parâmetro  | Frequência de Análise |
|---|--|-----------------------|
| Na Entrada e na Saída da ETE industrial*  | Temperatura, pH, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, óleos minerais, óleos vegetais, gorduras animais **,DBO, DQO, Substâncias Tensoativas, vazão, nitrogênio amoniacal. | <u>Mensalmente</u>    |
| Na entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes sanitários   | Coliformes termotolerantes, pH, DBO, DQO, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas, óleos e graxas.  | <u>Semestralmente</u> |
| A montante e jusante do ponto de lançamento do efluente líquido tratado no corpo receptor **  | DBO, DQO, pH, óleos e graxas, oxigênio dissolvido, sólidos sedimentáveis, temperatura, substâncias tensoativas.  | <u>Semestralmente</u> |
| Na entrada e saída da Caixa Separadora de água e óleo, do posto de abastecimento de combustível, caso este entre em operação após obtenção de AVCB. | pH, temperatura, sólidos em suspensão, sólidos dissolvidos, vazão média, óleos e graxas e fenóis.  | <u>Semestralmente</u> |

\*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

\*\*Não deve haver soma dos resultados dos parâmetros óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, uma vez que na Deliberação Normativa Conjunta Copam CERH nº 01/2008 os padrões de lançamentos dos mesmos estão definidos separadamente.



**Local de amostragem:** Entrada da ETE (efluente bruto): após o tanque de equalização. Saída da ETE (efluente tratado): após a lagoa de decantação.

**Relatórios:** Enviar **semestralmente** à Supram até o dia 10 do mês subsequente ao período analisado, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Atentar-se ao fato de que a frequência de monitoramento dos efluentes líquidos é mensal, apenas a apresentação dos relatórios é semestral.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

## 2. Resíduos Sólidos

### Resíduos sólidos e rejeitos

#### **2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam n. 232/2019.

#### **2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG**

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam n. 232/2019.

| RESÍDUO                          |        |        |                 | TRANSPORTADOR |                   | DESTINAÇÃO FINAL |                                  | QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE<br>(tonelada/semestre) |                   |                       | OBS. |
|----------------------------------|--------|--------|-----------------|---------------|-------------------|------------------|----------------------------------|---|-------------------|-----------------------|------|
| Denominação e código da lista IN | Origem | Classe | Taxa de geração | Razão social  | Endereço completo | Tecnologia (*)   | Destinador / Empresa responsável | Quantidade Destinada                                  | Quantidade Gerada | Quantidade Armazenada |      |



|                  |  |  |          |  |  |  |                 |                      |  |  |  |  |
|------------------|--|--|----------|--|--|--|-----------------|----------------------|--|--|--|--|
| IBAMA<br>13/2012 |  |  | (kg/mês) |  |  |  | Razão<br>social | Endereço<br>completo |  |  |  |  |
|                  |  |  |          |  |  |  |                 |                      |  |  |  |  |

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

### 2.2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

## 3. Efluentes Atmosféricos.

| Local de amostragem  | Tipo de combustível | Potência nominal (MW) | Parâmetros                    | Frequência |
|----------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------------|------------|
| Chaminé da caldeira. | Lenha               | < 0,5 MW              | NOx, CO, Material Particulado | Anualmente |

**Relatórios:** Enviar, anualmente, à Supram - Alto São Francisco, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM nº 216/2017 e na Resolução CONAMA nº 382/2006.



*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.*

**Método de amostragem:** Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency* – EPA.

#### 4. Ruídos

| Local de amostragem  | Parâmetro                                 | Frequência de Análise |
|--|---|-----------------------|
| Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000. | Nível de ruído.<br>(Unidade: dB -decibel) | <u>Anualmente</u>     |

**Relatórios:** Enviar, anualmente, à Supram-Alto São Francisco os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA n. 01/1990.



**ANEXO III**  
**Relatório Fotográfico do(a) “Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda”**



**Foto 01.** Visão parcial da área externa do empreendimento



**Foto 02.** Visão parcial da ETEi



**Foto 03.** Visão da APP devidamente cercada



**Foto 04.** Posto de abastecimento de combustível





**Foto 05.** Coletores de resíduos



**Foto 06.** Sistema de tratamento de efluentes sanitários.